



A cidade em crise: análise discursiva de um projeto de revitalização

The city in crisis: discursive analysis of a revitalization project

*Fernando Augusto Souza Pinho, PUC Campinas,
fernandopinhossa@yahoo.com.br*

RESUMO

Há décadas sendo significado como um lugar em acelerado processo de degradação, o centro histórico de Belém tornou-se um lugar de disputas e debates, em especial no fim dos anos 90 e início dos anos 2000 através de intervenções urbanísticas que acionavam a cultura e a memória regionais. Em 2002, com base em um estudo encomendado, a Prefeitura de Belém apresentou um projeto de revitalização para uma área específica do centro histórico, que incluía uma proposta de desenho urbano, recuperação de prédios, nova iluminação pública, incentivo ao uso residencial e uma linha de bonde elétrico. Este artigo examina especificamente a proposta de desenho urbano “Via dos Mercadores”, analisando os sentidos vinculados ao seu *modus operandi*: ou seja, como o discurso urbanístico tece suas estratégias e seus modos de formulação. Deste modo, duas estratégias discursivas foram observadas na constituição da proposta: a ideia de crise e o manejo de diferentes temporalidades.

Palavras Chave: Discurso; Memória; Cidade; Revitalização.

ABSTRACT

For decades the historical center of Belém has been signified as a place of accelerated degradation. Especially in the late 1990s and early 2000s this area has become an object of political and urbanistic debates, which resulted in some urban interventions based on culture and memory. In 2002 the municipal government presented a revitalization project for a specific area of the historic center, which included a new urban design, restoration of buildings, new public lighting, encouragement of residential use and an electric tram line. This article examines the urban design proposal called "Via dos Mercadores", analyzing the meanings related to its *modus operandi* or related to the modes how urbanistic discourse built its strategies. Two discursive strategies about the importance and constitution of the proposal were observed: the idea of crisis and the management of different temporal references.

Keywords: Discourse. Memory. City. Revitalization

BREVES NOTAS SOBRE DISCURSO E CIDADE

Antes de iniciar, quero sinalizar o lugar de minha fala. Na perspectiva da Análise de Discurso Francesa¹, à qual este trabalho se filia, a cidade é compreendida como um **espaço particular de interpretação**: um espaço onde os sujeitos se interpretam e interpretam a cidade, a qual, por sua vez, impõe determinados **gestos de interpretação** (Orlandi, 2004). Acompanho aqui a concepção de que a interpretação é um gesto, um ato no nível simbólico (Orlandi, 1996). Como gesto, somos sempre convocados a interpretar por conta da incompletude que caracteriza o espaço simbólico, por sua relação com o silêncio, segundo nossa inscrição como sujeito e de acordo com uma determinada posição ideológica. É exatamente nessas escolhas, ainda que inconscientes, nesses gestos de interpretação, que residem a ideologia e os seus efeitos que tornam uma dada situação como “é assim” e “assim se justifica tal coisa”. Ou seja, para além de sua conformação física, para além de um conceito geográfico, para além de uma noção jurídica, a cidade introduz uma dimensão da representação sensível de suas formas. Interessa, portanto, não só a dimensão visível, mas o seu sentido, como isso significa e para quem significa. A cidade seria, então, esse “espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (Orlandi, 2004, p. 32). Encontramos aí, portanto, uma outra forma de compreender a cidade: a partir da noção de que a cidade é instituída e constituída no/pelo discurso e que, por isso mesmo, através do discurso, a cidade estabelece relações de significação que aliam sujeito, história e língua. E é no bojo desse pensamento que é nomeado e caracterizado o **discurso urbano** como um tipo singular de discurso.

Na cidade há algo da ordem do impossível, daquilo que não se controla: é **o real² da cidade**. Para Barbosa Filho (2012, p. 21), o real da cidade é o incontível, que diz respeito à “propriedade de um fenômeno histórico estar sempre ‘um passo à frente’ de qualquer processo de gestão, de controle e ordenamento, o que implica aceitar que a *ordem (o real)* precede (e determina) o *ordenamento (o imaginário)*”. Vemos aí, segundo uma interpretação discursiva, a diferenciação entre *ordem* e *organização*. Ordem refere-se à forma material, enquanto que organização (“ordenamento”) diz respeito à regra, à classificação e à sistematicidade (Orlandi, 1996). A relação que se estabelece entre organização/ordenamento e ordem está baseada na contenção das tensões. Isso significa dizer que há uma ordem na cidade (um real incontível) que não se reduz à organização urbana. Há sempre algo que escapa, que não se completa, que falha: a cidade fala na falha.

Outra noção que importa a este artigo é a de ideologia. Como uma leitura específica do real, discursivamente, a ideologia é entendida como uma prática significativa, como necessidade de interpretação. Para Orlandi (1996, p. 65), a ideologia é “o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado”. Ao capturar o sujeito na ilusão da evidência e da unidade, o efeito do trabalho ideológico é naturalizar os sentidos e apagar a história.

Feita essa breve incursão teórica, poderemos abordar a importância que as áreas centrais urbanas adquirem no atual contexto das políticas de planejamento. É em meio à significação desse espaço

¹ A Análise de Discurso Francesa (AD) é aqui entendida como aquela filiada às formulações e reformulações oriundas dos trabalhos do grupo liderado por Michel Pêcheux, na França do fim dos anos 1960, e de sua reterritorialização no Brasil, promovida pela professora Eni Orlandi no fim dos anos 1980.

² Orlandi (1996) entende o real como função das determinações históricas que constituem as condições materiais de produção, sendo a realidade uma relação imaginária dos sujeitos com essas determinações.

como um lugar-síntese da vida urbana que se impõe uma alegada necessidade de sua revitalização.

O CENTRO HISTÓRICO EM DISPUTA

Lugares de memória é uma noção empregada por Pierre Nora (1993) para designar um fenômeno atual, qual seja o da necessidade de estabelecimento de lugares que salvaguardem a memória de uma época ameaçada pelo ritmo veloz da contemporaneidade. O que constitui algo como um lugar de memória é um jogo entre memória e história. Matérias não coincidentes, a memória relaciona-se ao vivido enquanto que a história, como operação intelectual, é uma problemática e incompleta reconstrução do passado. Mas, para que exista um lugar de memória, é necessário que haja uma *vontade de memória*, um desejo de domar aquilo que é fluxo.

Considero que o centro histórico urbano é um lugar de memória, conforme o entendimento de Nora. Vejamos: trata-se de um lugar material concreto, o que só o torna como um lugar de memória na medida em que o centro histórico reveste-se de uma “aura simbólica”, sendo significado como um espaço onde a história e a cultura de um grupo social se encontram territorializadas. Por outro lado, a funcionalidade de um centro histórico ultrapassa sua especialização, tornando-se um lugar de memória ao ser objeto de ritualização, especialmente por ser imaginado como um lugar-síntese; daí a necessidade de sua preservação, graças à vontade de memória. O centro histórico passa, portanto, a ser visto como um arquivo, um arquivo a céu aberto.

A importância dos centros históricos urbanos tem sua história própria. O valor dado ao passado é um fenômeno relativamente recente. Posso supor que esta forma de significar os centros históricos consiste em um **gesto de leitura** (Orlandi, 1996), uma forma de significar as cidades, em especial os seus “núcleos pioneiros”, e assim esse gesto se inscreve em um exercício de poder e de disputas. É exatamente por estar na ordem do fugidio que o centro histórico como lugar de memória é objeto de administração de sentidos. Como os sentidos podem sempre vir a ser outros, estão sempre em devir, em contrapartida, há uma reiterada tentativa de dar uma direção para eles. Administração e ordenamento de lugares e de sentidos.

Tomando o caso específico do centro histórico de Belém, gostaria de fazer algumas considerações sobre esse espaço de significação, um lugar de memória e objeto de debates e disputas no âmbito dos governos municipal e estadual. Embora localizado geograficamente na área de competência direta da Prefeitura, o centro histórico de Belém faz parte da capital do Pará e por isso é visto também como objeto de ação do Governo do Estado. Desta forma, entre o fim dos anos 90 e o início dos anos 2000, é possível afirmar que o centro histórico de Belém fez funcionar e materializa uma tensão histórica entre grupos sociais, rebatida em conflitos entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Pará. As divergências político-partidárias entre as duas esferas de governo estenderam-se e ganharam materialidade nos projetos e obras implantados na área central de Belém (Pinho, 2008). Essa disputa diz respeito a distintos projetos de sociedade e consequentemente diferentes formas de pensar (ou de “ler”) e de governar a cidade.

NA MATERIALIDADE DO DISCURSO URBANÍSTICO

Minha análise toma como objeto o **Projeto Via dos Mercadores**, desenvolvido pela Meia Dois Nove Arquitetura e Consultoria e implantado pela Prefeitura de Belém no início dos anos 2000.

Essa análise será pautada por uma discussão que privilegia os efeitos de sentido e os gestos de interpretação que podem ser lidos a partir do texto do projeto. Parto do pressuposto que, no documento a ser analisado, se dá a materialização de um tipo de discurso urbano (Orlandi, 2004), e, por isso, um elemento privilegiado (entre vários) para a observação de sentidos e gestos de interpretação sobre a cidade. Mais especificamente será examinado o **Memorial justificativo de implantação do projeto Via dos Mercadores**. Trata-se de um texto que apresenta as linhas gerais e as justificativas do projeto de intervenção no centro histórico de Belém proposto pela Prefeitura. É um documento que textualiza gestos de interpretação sobre a cidade.

Em sua estrutura narrativa, o memorial busca apresentar a lógica que presidiu a elaboração do projeto, conforme uma determinada prática de planejamento já consolidada. Deste modo, os planos e projetos, em geral, são confeccionados segundo um procedimento que parte de (1) um resumo histórico sobre a área de intervenção e de (2) um diagnóstico da situação presente, os quais dariam subsídios para (3) a apresentação da proposta. No caso particular do documento em análise, o autor³ elabora um resumo histórico da constituição da forma urbana de Belém e que serve como uma espécie de contexto para a proposta a ser realizada; em seguida apresenta um diagnóstico específico da área-objeto para, enfim, apontar a “conceituação teórica que norteou a proposta de intervenção desenvolvida para a área em estudo, traduzida pelo Projeto de Desenho Urbano ‘Via dos Mercadores’” (Duarte, 2010). É desta maneira que o memorial foi organizado, porém não é assim que fiz a análise do documento. Pareceu-me mais interessante destacar aquilo que no documento se revelava como seu *modus operandi*: ou seja, busquei centrar minha análise na forma como vão sendo constituídas e formuladas a importância e a justificativa do projeto. Sendo assim, o funcionamento de duas estratégias discursivas foi particularmente observado: a primeira consiste na ideia de crise do centro histórico de Belém e a segunda refere-se ao manejo de diferentes referências temporais como estruturantes da concepção do projeto.

E NO INÍCIO ERA A CRISE...

A partir da usual forma de concepção e narrativa dos trabalhos de planejamento urbano, o memorial do Projeto Via dos Mercadores apresenta um breve retrospecto histórico da área de intervenção para, em seguida, com base no diagnóstico da situação atual, propor medidas que possibilitariam mudar a situação indesejada apontada pelo diagnóstico.

A referência a um determinado estado de crise como justificativa para uma dada intervenção nos parece natural, especialmente para os que atuam no campo do planejamento urbano e regional (Rezende, 1982). Essa situação indesejada é normalmente interpretada e caracterizada como desorganização espacial (ou desordem). Trata-se, contudo, da naturalização de uma prática que tem história. O planejamento urbano, como historicamente concebido no país, aparece como o regulador e organizador do espaço urbano desordenado, tentando resolver os problemas causados pela sociedade de consumo. Em sua função salvadora, o planejamento revela uma de

³ Cristovão Duarte, arquiteto-urbanista e professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi o responsável, como consultor associado junto à Meia Dois Nove Consultoria e Arquitetura, pela elaboração do documento aqui em análise. Esteve à frente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), cuja experiência certamente o qualificava para o desenvolvimento do projeto, bem como já dava indicações sobre as linhas gerais a serem adotadas. Para que fique claro, logo de início, não estou fazendo aqui qualquer crítica de ordem profissional a um indivíduo, mas sim mostrando como um sujeito para ser sujeito de seu discurso deve ocupar um lugar de saber-poder, uma posição-sujeito. É, assim, que a AD trabalha a noção de sujeito: o sujeito como uma forma, que é descentrada, instável e em dispersão, a partir dos diversos estatutos, lugares e posições que ele pode ocupar. Constituído como um efeito de práticas discursivas, o sujeito discursivo seria uma entre várias posições possíveis de ocupação.

suas posturas em relação à realidade, quase a título de “missão” (civilizatória): os planos, projetos e demais políticas públicas de intervenção no espaço urbano sempre buscaram resolver a “crise urbana” (de múltiplos sentidos, variável conforme a posição de quem a enuncia), onde o Estado se apresenta como o único e legítimo responsável por sua solução, reconhecendo os problemas a serem resolvidos e, depois, definindo o modo de intervenção. Pensando sob essa ótica, a necessidade de mudar uma dada situação só se impõe através de seu estranhamento, por uma vontade de mudança, atribuindo a isso a possibilidade futura de chegar a um estado ideal. Porém, o sentido de crise não é evidente, nem natural, mas sim fruto de uma construção social, efeito do trabalho ideológico. Se não é natural o sentido de crise, muito menos são os gestos de interpretação sobre ela, e menos ainda as formas através das quais se pretende mudar essa situação.

Essa ideia de crise aguda e generalizada, ou de sensação de crise ou de consciência de crise, segundo Carlos Vainer (2012), é um dos elementos estruturantes do planejamento estratégico. O que interessa, nessa vertente do planejamento, não é a crise em si como elemento decisivo, mas sim a percepção de crise, responsável por instaurar condições propícias ao consenso em relação ao projeto, tomando-o como unitário, coeso e legítimo. Podemos dizer, portanto, que, no âmbito do planejamento, o discurso sobre a crise funciona como um artifício, como uma forma de explicar uma situação que é incômoda, numa certa perspectiva, e que torna evidente a existência de contradições e conflitos no espaço urbano.

É sobre uma crise do centro histórico de Belém que o documento em análise constrói sua justificativa. É assim que, já no primeiro parágrafo do item destinado ao diagnóstico da situação atual, vemos a imagem da crise se impor, conforme o Recorte 1:

- (1) **O Centro Histórico de Belém atravessa hoje um dos períodos mais críticos de sua história.** O legado cultural herdado, materializado na forma de um inestimável acervo arquitetônico e paisagístico, encontra-se submetido a um processo de degradação urbana que ameaça a sua própria sobrevivência. Tal situação coloca em risco não apenas o grande potencial turístico e econômico existente na área, mas a própria imagem identitária de Belém, marcada, de modo decisivo, pela relação historicamente estabelecida entre a cidade e a paisagem geográfica que lhe emoldura (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Em primeiro lugar quero destacar os sentidos atribuídos, no texto do memorial, ao centro histórico de Belém. Trata-se de um lugar onde se situa um conjunto arquitetônico e paisagístico de grande valor, herança do passado, e que responde pela “imagem identitária” da cidade. Temos aí um dizer que se inscreve segundo uma especialidade e que se situa no campo do patrimônio histórico (naquilo que se cruza com a arquitetura, a história e a antropologia), mas que se desloca em direção ao econômico quando significa esse lugar como sendo de “grande potencial turístico e econômico”. Ao integrar em seu dizer elementos de dois campos de saber, o sujeito (do discurso) começa a construir a justificativa para intervenção naquela área segundo uma lógica da oportunidade comercial⁴.

Outra questão que também se coloca é que a significação imputada ao lugar de intervenção é enunciada com a ilusão de obviedade, de ser natural. É assim porque é! Vemos que não há espaço para problematização acerca dos motivos em tomar este espaço em sua designação como “centro

⁴ Eis um indício que aponta para a presença duma vertente mercadofila de planejamento, ainda que o sujeito se posicione em uma formação discursiva “progressista”. Já notamos aí o sujeito em sua contradição.

histórico”, em tomar o conjunto arquitetônico e paisagístico ali presente como um “legado cultural herdado” e ainda em mencionar uma suposta “imagem identitária” de Belém. Quando o sujeito assume a designação deste espaço como “centro histórico” (e não como “centro comercial” ou “centro histórico-comercial” ou simplesmente como “centro da cidade”) dá visibilidade a uma prática significativa que reflete sua historicidade na medida em que apaga sentidos anteriores e imprime outra direção a eles, minimizando sua tradição como local de mercado e de concentração do poder institucionalizado em prol de um dizer que retradiciona esse lugar como “centro histórico”. Ao designar a área do projeto como “Centro Histórico de Belém”, o autor torna visível sua posição-sujeito. A escolha por um termo, e não outro, diz sobre um olhar específico que se impõe sobre a área e que fundamenta a intervenção proposta, qual seja a de que este lugar deve ser interpretado como um lugar da história de Belém, como se a história da cidade estivesse ali encapsulada. Aponta ainda o uso deste termo para a interpretação de ser este um lugar de ingerência do poder público municipal, tendo em vista que o Centro Histórico de Belém foi tombado pela Lei Orgânica do Município de Belém em 1990. Observa-se, portanto, que o direito, a arquitetura, o urbanismo e a história constituem-se como filtros para interpretação da área pelo sujeito-autor. E mais: a que herança o conjunto arquitetônico-paisagístico ali presente se refere? A qual recorte institucionalizado esse conjunto (e não outro) se refere? A qual identidade da cidade o autor se refere? Se essa imagem identitária marcada pela relação histórica entre a cidade e sua paisagem geográfica é tão importante, qual o motivo do apelo feito pelo projeto não ser “regionalista” ou “ribeirinho”, como veremos adiante? Percebemos que certas noções são tomadas como naturais, e não como convenções, fruto de construção social e, por isso, objeto de luta, como foi no passado e como se faz no presente. Observamos um apelo a uma dada versão do passado, como imagem que é convocada para silenciar o histórico e o político. Há, portanto, um saber consolidado, estabilizado, fruto de um intercruzamento de saberes sobre o que é, ou melhor, sobre o que deve ser a cidade de Belém.

Prosseguindo, pude observar que duas formas de significação da crise emergem da análise do documento. Como vimos antes, no campo do planejamento, as intervenções são pensadas a partir de um elemento comum, em termos de sentido dominante: a noção de decadência de uma área em específico. A decadência é tomada como um fato, em seu caráter de evidência e de transparência. A crise no centro histórico de Belém, primeiramente, tem sua interpretação atrelada à degradação do conjunto arquitetônico e paisagístico daquela área, cujo estado passa a representar um risco ao “grande potencial turístico e econômico existente na área”. Eis aí um indicativo importante acerca da base sob a qual se instala o pressuposto da intervenção: o econômico. Observamos que o “legado cultural” (naquilo que é representado pela arquitetura e pela paisagem), impresso pelo passado à cidade, tem a sua importância majorada na medida em que representa valor econômico, seja através do comércio ou mesmo pelo turismo. Portanto, o dizer que significa o centro tradicional como um lugar deteriorado, degradado ou decadente o associa ao apodrecimento e à velhice de corpos vivos, mobilizando um saber biológico no espaço do discurso urbanístico. Com isso, teríamos como efeito a veiculação e a consolidação da “crença de que a ruína do centro é um processo natural de seu envelhecimento” (VILLAÇA, 1999, p. 229).

A crise (no que refere à degradação arquitetônica e paisagística) é significada em termos de sua magnitude, mas também em sua história (Recorte 2). A crise no centro histórico não é um fato recente, mas possui uma história, cuja presença já podia ser notada desde os anos 60. Ao formular uma história dessa crise, embasado pela resenha histórica no memorial, e assim localizar sua emergência em um ponto distante décadas antes, suponho que esse dizer se filie também a uma resposta às críticas feitas ao estado do centro histórico-comercial durante o governo do prefeito

Edmilson Rodrigues, cuja aposta na inversão de prioridades deu atenção à parte menos servida de infraestrutura e de serviços urbanos (fora do centro comercial, portanto).

- (2) **Não se trata, no entanto, de um processo recente. Ao longo de pelo menos quatro décadas, o centro histórico de Belém esteve abandonado à própria sorte, tão desassistido pelo poder público, quanto submetido à miopia imediatista dos interesses econômicos presentes na área.** Embora o Centro Histórico de Belém encontre-se tombado desde 1990 pela Lei Orgânica do Município, não se empreendeu, durante todo esse tempo, nenhuma ação integrada de revitalização urbanística visando reverter o processo em curso, a exemplo do que passou com outras cidades históricas brasileiras, entre as quais poderíamos destacar São Luís, Salvador, Recife, Diamantina e Rio de Janeiro (DUARTE, 2002. Destaques meus).

Interessante notar ainda a estratégia de comparação de Belém com outras cidades brasileiras com o objetivo de mostrar que há algo fora do padrão ou das normas vigentes. Esse elemento foi observado em outros pontos do *corpus* de análise e tem como objetivo, enquanto gesto de interpretação, constituir uma situação desfavorável existente com vistas a mudar essa posição em busca de uma situação favorável e positivamente comparável a outras cidades. Ao contrário de definir um “outro” negativo (por exclusão, estereotípias e desqualificação) para assim positivar um “nós” e construir um sentimento de pertencimento, como foi observado em importantes projetos urbanos atuais (Sánchez et al., 2004), o interessante é que na enunciação do projeto Via dos Mercadores o “nós” é que se desqualifica, apresentando sua distância frente a outras cidades brasileiras, e o “outro” é que passa a ser a imagem a perseguir. Aqui comparece um **desejo de cidade**⁵: Belém como uma cidade importante, ao lado de outras cidades também importantes.

Outra questão que se coloca, conforme o Recorte 2, reside na designação de “cidade histórica”. Este termo certamente tem seu lugar no campo do saber acerca do patrimônio, mas me causa um estranhamento. A história parece ser convocada de forma utilitarista, para designar uma cidade, o que leva a pensar o motivo do apagamento da história das cidades que não pertencem a essa categoria.

O centro histórico de Belém mantinha seu status como importante centro comercial, ainda que enfraquecido pelo surgimento de shopping centers. E assim aparece outra forma de significar a crise do centro histórico como aquela que, além da degradação arquitetônico-ambiental (devido à ausência da intervenção estatal), está relacionada à sua submissão a uma determinada lógica econômica: os ritmos e usos desse espaço estavam condicionados ao horário comercial (movimento durante o dia e esvaziamento à noite), os antigos prédios eram descaracterizados pelas reformas feitas pelos comerciantes e o comércio informal crescia de forma desorganizada.

Ainda nessa forma de significar a crise no centro histórico de Belém, quero chamar a atenção para o fato de que merece destaque a necessidade da intervenção nessa área por conta do crescimento do número de camelôs. Embora sejam destacadas as condições que deram origem ao comércio informal – “desaceleração do crescimento e o grau de endividamento da economia nacional, decorrentes do modelo neoliberal adotado pelo governo federal ao longo das últimas décadas” (Duarte, 2002), os camelôs são concebidos como um problema:

⁵ **Desejo de cidade** aqui tomado menos como o esforço para estar em uma vida coletiva (Kuster, 2011) e mais como algo que se projeta para o futuro, aquilo que se aposta – talvez, no caso, seja mais apropriado falar em **desejo de capitalidade**.

- (3) Ao quadro acima apresentado [refere-se à descaracterização dos prédios da área] deve-se ainda acrescentar **os graves problemas acarretados pelo recrudescimento do comércio informal, recentemente verificado na área de estudo**. A desaceleração do crescimento e o grau de endividamento da economia nacional, decorrentes do modelo neoliberal adotado pelo governo federal ao longo das últimas décadas, levou (sic) para as ruas do centro histórico de Belém algumas centenas de trabalhadores desempregados, estabelecidos como vendedores ambulantes, que encontraram no comércio informal sua forma de sustento.
- Os transtornos provocados pela presença dos camelôs no eixo das ruas Cons. João Alfredo e Santo Antônio vêm contribuindo para acelerar o processo de degradação urbana em curso.** As barracas ocupam o leito das vias de forma desordenada, constituindo verdadeiras “barricadas” que impedem a livre circulação dos pedestres. Se, por um lado, devemos considerar atentamente os condicionantes socioeconômicos que se encontram na origem do problema do comércio informal, deve-se igualmente reconhecer que se trata de outra forma de privatização do espaço. A obstrução do ir e vir, bem como a apropriação privada das ruas pela atividade comercial (seja ela formal ou informal), reduzem as possibilidades de utilização coletiva do espaço público, produzindo uma indesejável inversão nos modos tradicionais de funcionamento da cidade (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Mais que um problema social, os camelôs constituem um problema urbanístico, um problema de “ordem urbana”⁶. No âmbito do saber urbanístico, as noções de ordem e de organização aparecem como sinônimas. Orlandi (1996) toma a ordem como forma material e seu funcionamento específico e a organização, por sua vez, como referência à regra, à classificação e à sistematicidade. Portanto, o saber urbanístico se debruça particularmente sobre a organização urbana, embora fale na maioria das vezes em ordem (urbana). Sendo assim, a presença dos camelôs é parte da ordem da cidade em sua constituição contraditória. O urbanismo procura, ao falar de ordem urbana, efetuar gestos de organização, segundo gestos de interpretação, de modo a apagar o político na cidade, criando espaços ilusórios de harmonia e de felicidade.

Vemos que o projeto Via dos Mercadores, filiado a certo discurso urbanístico⁷, reafirma uma prática que representou majoritariamente a rua como o “inviável da cidade” (Pechman, 2009), certamente por tornar manifesto aquilo que a cidade abriga em seu real – o incontível.

Voltando ao Recorte 3, o interessante é que, ao comparar as barracas dos camelôs a “barricadas” em seu empecilho à livre circulação⁸, o sujeito traz para o texto do memorial um já-dito alhures, algo que traz ecos de um discurso fundador do urbanismo. Nos primórdios daquilo que se chamaria urbanismo, na Paris de Haussmann, a abertura de grandes bulevares através da

⁶ Tomando o caso de Campinas, Mônica Zoppi-Fontana (1997; 2003) já observou como, de forma recorrente e em suas reformulações, os camelôs são designados como um problema.

⁷ Vale dizer que os discursos urbanísticos não são homogêneos e não partilham de uma ideia única sobre a cidade; ao contrário disso, há uma luta pelo estabelecimento de um pensamento único sobre a cidade (Arantes, 2012).

⁸ Em outra perspectiva, poderíamos considerar, acompanhando Zoppi-Fontana (2003), que a menção a “barricadas” poderia se filiar às metáforas de guerra que, em sua referência negativa, designam os camelôs.

destruição de ruelas não serviu somente ao discurso higienista (maior circulação de ar), mas também serviu como forma de combater as barricadas⁹.

Embora o projeto Via dos Mercadores venha criticar os interesses econômicos que fizeram com que o centro histórico fosse submetido às suas regras, é exatamente para também satisfazer a esses interesses que o projeto se propõe. É digna de nota a referência que o projeto faz à fuga da “clientela tradicional, constituída por estratos das classes média e alta”, em função da degradação ambiental, arquitetônica e paisagística da área, o que fez com que o centro comercial se tornasse “um mercado predominantemente voltado para as classes populares”:

- (4) **O processo de degradação ambiental, aliado à descaracterização do conjunto arquitetônico e paisagístico do centro comercial de Belém, acabaria, finalmente, por afugentar uma parte de sua clientela tradicional, constituída por estratos das classes média e alta.** O capital simbólico representado pelo patrimônio cultural do centro histórico sofria sucessivas “baixas”, contribuindo para a sua acentuada desvalorização e perda de atratividade. Para as classes de maior poder aquisitivo e, portanto, mais exigentes, surgiam novas e atraentes opções de lazer e consumo em outras áreas da cidade, como as lojas de grife da rua Braz de Aguiar e os shopping-centers. **Pouco a pouco, o centro comercial foi se tornando um mercado predominantemente voltado para as classes populares.** A proximidade com o conjunto do Ver-o-Peso, uma das mais tradicionais feiras populares do país, reforçava e, numa certa medida, justificava essa tendência. Sob essa aparente “tendência de mercado” consumava-se, entretanto, um arranjo socialmente pactuado que apontava para a manutenção do processo de degradação urbana da área. Numa sociedade perversamente estratificada como a nossa, marcada por profundas desigualdades sociais, as áreas destinadas às classes de menor poder aquisitivo tendem a receber menor atenção por parte do poder público. Não por acaso, as intervenções de restauro ou revitalização de áreas históricas, quando ocorrem, tendem a promover, como decorrência direta da valorização dos espaços requalificados, a chamada “expulsão branca” de seus usuários tradicionais (DUARTE, 2010. Destaques meus).

A proximidade dessa área com a feira do Ver-o-Peso evocava essa tendência, fazendo o sujeito sugerir que o abandono da área pelo poder público¹⁰ tinha relação com essa vinculação ao popular. Ou seja, por ser uma área de frequência popular, tendo em vista que parcelas mais abastadas deixaram de frequentá-lo, o centro histórico passou a merecer menos atenção do poder público municipal. O abandono como uma situação que caracteriza a crise do centro histórico é outro dizer que merece reflexão. O que significa o centro histórico estar abandonado? Como é significado o abandono do centro histórico? Abandonado por quem e por quê? Vimos que esse abandono é significado pela falta de atenção do poder público e pelo imediatismo dos interesses econômicos; ou seja, o abandono significa aqui a falta de intervenção estatal frente aos interesses

⁹ Estaria o projeto Via dos Mercadores se filiando a uma nova edição de um haussmanismo tardio na Belém contemporânea, antes intitulada como a “Paris dos Trópicos”? Sobre isso, ao analisar algumas cidades brasileiras e portuguesas, Rogério Leite observou que, apesar das diferenças de abordagens, “parte substantiva dos projetos de enobrecimento refere-se às possibilidades de retorno ao centro das cidades e a uma vida pública de calçadas seguras e vitrines lustrosas, quase numa espécie de nostalgia de uma *belle époque* perdida. O modelo continua a reproduzir tardiamente o princípio da higienização social da Paris de Haussmann, agora de forma alterada e adequada à cultura de consumo da sociedade contemporânea” (Leite, 2010, p. 75).

¹⁰ Entenda-se aqui, conforme sugerido pelo memorial do projeto, o estado de abandono da área encontrado pela administração Edmilson Rodrigues, que seria resultado de décadas de omissão do poder público municipal.

do mercado. É por esta razão que o texto vai construindo a ideia de que a ausência do poder público é o principal motivo para a degradação da área e, assim, justifica a intervenção proposta, a qual materializa, enfim, a volta do poder público ao centro histórico da cidade, depois de anos de ausência.

Mas esta forma de dizer sobre o centro histórico tende a apagar as outras expressões nele presentes. Deste modo reduz-se a vida desta área apenas à presença do Estado e do capital, deixando em segundo plano aquilo que faz de um centro histórico, de um dado espaço, um lugar específico: as pessoas. Nessa área, independentemente de ser significada pela imprensa e por especialistas como um lugar abandonado, a vida pulula, fervilha, ainda que majoritariamente ditada pelo horário comercial, mas não só. Outros usos são feitos para além do horário comercial, mas também não mais pelas classes média e alta, e sim predominantemente pelas classes populares. Estão presentes ali “novos usos, novas funções e novos territórios que passam a ser demarcados, em grande parte, por relações cotidianas nem sempre consideradas estética e funcionalmente desejáveis” (Trindade Júnior, 2008, p. 147). Ao que parece, é exatamente contra essa situação que o projeto se revela como uma proposta alinhada aos processos de enobrecimento urbano. Portanto, não se trata de um vazio completo, mas sim de uma ausência específica: uma ausência de classe, ou da ausência de uma imagem de classe territorializada naquele lugar. Tal imperfeição, expressa por sua degradação, só poderia ser corrigida por medidas que “resgatassem” a beleza de outrora – aquilo que um dia o centro de Belém já foi, ou que dizem ter sido. Não é à toa, e isso me causou espanto, a espécie de síntese feita acerca dos problemas enfrentados pelo centro histórico e que é constituída pelos ambulantes como parte do “processo de degradação ambiental” e da “descaracterização do conjunto arquitetônico e paisagístico”. A forma como se apresenta o texto, trazendo sequencialmente a descaracterização dos prédios e a presença de camelôs e suas barracas, promove esse efeito assustadoramente simplificador¹¹.

Apesar de todas as ponderações acerca dos problemas estruturais como origem dos problemas sociais e das consequências nefastas das políticas de gentrificação, há algo que se impõe, que provoca deslizos e que torna visíveis as contradições. Acontece que, mesmo sendo uma administração vinculada à esquerda, a concepção do projeto pautou-se pelo desejo de “aburguesamento” da área, pela possibilidade de retorno das camadas mais abastadas, agora para o consumo do lugar. Mesmo, em princípio, abrigado no seio de vozes progressistas, é interessante notar que o projeto Via dos Mercadores manejou ideias e práticas identificadas com uma posição conservadora. A despeito das orientações político-partidárias, apenas uma única forma de marcar a volta do poder público ao centro da cidade pareceu ser a mais adequada e legítima, o que aponta para os efeitos do trabalho ideológico, que naturaliza e dá um caráter universal a uma determinada interpretação. Eis sua filiação ao pensamento único sobre a cidade “que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial” é, por essa razão, “compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas” (Arantes, 2012, p. 67-68), cujo compartilhamento diz mais sobre a interpretação como um necessário trabalho ideológico¹².

¹¹ Mônica Zoppi-Fontana (2003) já havia observado esse processo de reificação que acaba por definir os camelôs como se fossem objetos que compõem o espaço urbano.

¹² “Os fatos são sujeitos à interpretação e a língua na medida em que é suscetível ao equívoco, ao deslize, à falha, faz lugar para a interpretação. A ideologia não é um ‘defeito’ dos que não têm consciência, ela é uma necessidade da relação dos sujeitos com os sentidos, do mundo com a linguagem. Pelo mecanismo ideológico, aquilo que é constitutivo aparece como já-lá, como já-dito” (Orlandi, 1998, p. 18).

O JOGO DAS TEMPORALIDADES

Estabelecidas as bases do projeto, justificado pelo discurso da crise do centro histórico, apresento agora uma análise sobre os termos de sua proposta. Desta forma, ao construir relações entre passado, presente e futuro da cidade de Belém, veremos um entrecruzamento de temporalidades no memorial, apontando para os usos do passado e nos modos em que imagens do passado, presente e futuro são utilizadas e os sentidos mobilizados para justificar o projeto.

Na segunda seção do memorial, intitulada “Antecedentes históricos da área de estudo”, observa-se um pequeno retrospecto do que comumente se denomina “evolução urbana”, onde a atenção está no crescimento urbano ao longo do tempo, ou seja, na constituição histórica da forma urbana. O texto começa discorrendo sobre o núcleo pioneiro da Cidade Velha, a importância das igrejas e conventos na constituição espacial, a administração pombalina no século XVIII, o apogeu e o declínio do boom da borracha no fim do século XIX e início do XX, chegando aos anos 80-90 com a institucionalização da Região Metropolitana de Belém. Interessante é que, em alguns momentos específicos, o autor amplia seu olhar para questões de ordem política, e não só para as questões territoriais. É o caso dos comentários acerca da Cabanagem¹³ e sobre a assunção do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Belém. Mas o que devo chamar a atenção é para o fato de que esse recurso à história de Belém busca criar, primeiro, um efeito de leitura única sobre o passado da cidade, bem como um efeito de contraste à situação “encontrada” através do diagnóstico realizado e um efeito de fundamentação à proposta a ser apresentada. Belém é engrandecida em seu passado, criando-se com isso a necessidade de fazer jus a uma vocação histórica e a uma promessa de cidade.

- (5) O século XVIII inaugura uma nova fase na vida da cidade. A aclamação de D. José I ao trono de Portugal em 1750 e a nomeação de seu primeiro-ministro e Secretário de Estado, o Marquês de Pombal trará repercussões significativas sobre a vida da Colônia. **Para o governo do Grão-Pará, tornado independente do governo do Maranhão, Pombal designará seu próprio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A escolha de Mendonça Furtado e a criação da Companhia Geral de Comércio, em 1755, revelam o grau de importância devotada à região na administração pombalina** (DUARTE, 2010. Destaques meus).
- (6) A partir da década de sessenta, com a abertura da rodovia Belém-Brasília inicia-se o chamado processo de integração nacional da região amazônica. Surgem os grandes projetos extrativistas da Amazônia, financiados pelo governo federal e grupos privados nacionais e multinacionais. **Reafirma-se mais uma vez a vocação histórica de Belém como capital regional**, constituindo-se em sede das operações administrativas e financeiras dos empreendimentos em curso na região (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Configurada a evolução histórica da forma espacial de Belém, passamos pela terceira seção, “O diagnóstico da situação atual”, que trata sobre a crise do centro histórico, como vimos anteriormente, para então chegarmos à quarta e última sessão do memorial, que trata sobre a proposta. É interessante notar, como introdução a essa terceira seção, que o sujeito reconhece

¹³ A Cabanagem foi uma revolta popular ocorrida entre os anos de 1835 e 1840 na antiga província do Grão-Pará. Durante o mandato de Edmilson Rodrigues, a imagem da Cabanagem foi (re)apropriada como referência ao seu governo à frente da Prefeitura de Belém (Ricci, 2007; Barbosa, 2008). No caso do memorial do projeto Via dos Mercadores, a referência à Cabanagem aponta para a inscrição do sujeito em um dizer institucional, um dizer vinculado à Prefeitura de Belém.

que o imponderável cerca o destino daquilo que se projeta para a cidade. É assim que o real da cidade, que é da ordem do incontível, daquilo que sempre escapa a qualquer pretensão de ordenamento, se torna visível nas preocupações de um urbanista.

- (7) Reconhecer a real dimensão dos problemas colocados pelo fenômeno urbano contemporâneo implica, simultaneamente, no seu enfrentamento, ou seja, na construção de uma estratégia de transformação da realidade. Pensar a cidade significa também projetá-la. **Embora o diagnóstico acima apresentado indique a existência de uma crise de grandes proporções, nada do que possa vir a acontecer com a cidade está, de fato, pré-determinado.** Nesse sentido, o projeto de desenho urbano, desenvolvido para o eixo comercial “Via dos Mercadores”, pretende ser, mais do que uma contribuição ao debate iniciado pela Prefeitura Municipal sobre os destinos do Centro Histórico de Belém, um instrumento de ação concreta sobre a realidade que se quer transformar (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Ou seja, tudo está na indeterminação, tanto na falha daquilo que é previsto como resultado de uma proposta, como também na falha do que se diz acontecer. Nem o futuro apocalíptico de um lugar em alegada crise, nem o futuro brilhante de um lugar em harmonia pós-intervenção estão assegurados. Assim como um prognóstico falha, por ser uma previsão acerca de algo incontável, um diagnóstico também falha, na medida em que este representa um recorte e que é sempre uma aproximação do real. Há algo que sempre escapa. Apesar disso, a enunciação do projeto se coloca como um dos efeitos da capacidade de sonhar e de transformar a realidade. O projeto, nesse sentido, é também utopia. O projeto representa o sonho de uma cidade feliz, de feli(z)cidade, e que apela para a transformação da realidade, embora se pautem mais pela manutenção da ordem vigente do que pelo seu questionamento.

Vemos que o projeto estabelecia como sua diretriz a “requalificação urbanística” dessa área cujo objetivo seria o de recuperar o potencial turístico e econômico do centro histórico. Noto que o sentido dado à recuperação dessa área está menos ligado à volta a um estado ideal do passado e mais para a ideia de combate à sua degradação do ponto de vista econômico (onde o turismo se inclui). Portanto, é o econômico que baliza a intervenção, em que o centro histórico é assumido como uma mercadoria. Para a recuperação desse potencial do centro histórico, duas perspectivas são estabelecidas enquanto alicerce: a afirmação da identidade cultural da cidade e a aliança entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Esta última refere-se à assunção de que “o desenvolvimento econômico deve caminhar *pari passu* com o desenvolvimento social, como condição imprescindível para se alcançar os objetivos propostos” pelo projeto. A outra perspectiva é a que diz respeito à identidade cultural da cidade¹⁴ e que estaria expressa na configuração sócio-espacial historicamente instituída, o que já aponta para um específico gesto de leitura feito pelo sujeito sobre a realidade. Seria uma identidade territorial? Seria uma identidade estabelecida pelo discurso da crise urbana e no lugar de destaque historicamente prometido à cidade de Belém como importante capital brasileira e metrópole da Amazônia? Falar em identidade cultural de Belém, mesmo em termos de sua formação social e espacial, é tomar sua opacidade como transparência e sua polissemia como uma única voz. A identidade diz mais sobre os efeitos de múltiplos processos de identificação e sua unidade é imaginária.

¹⁴ Sobre isso, Sánchez et al (2004), apontaram que, embora os atuais projetos urbanos reivindiquem sua singularidade, como o tal resgate de alguma coisa da história e da cultura, o que se observa é a mera reprodução de um modelo. Ainda que estes projetos enunciem-se como possibilidade de instaurar identidades e pertencimentos à cidade, o que se observa é que um número pequeno de cidadãos-consumidores podem se aproveitar dessas presumíveis benesses.

Quanto a concepção arquitetônico-urbanística do projeto, o sujeito a enuncia como um desafio na medida em que se buscava compatibilizar passado e presente. Havia a necessidade de estabelecer “um diálogo respeitoso e permanente com o passado”, ainda que fosse também necessário “afirmar, dentro de uma linguagem contemporânea, as conquistas tecnológicas e científicas alcançadas pela humanidade”.

- (8) **Um desafio inicial se colocou para a concepção arquitetônica e urbanística do projeto. Trata-se da difícil compatibilização entre a multiplicidade estético-discursiva dos elementos históricos presentes na área e a linguagem contemporânea que deveria presidir e marcar o tempo da intervenção pretendida.** Um projeto de intervenção urbanística, como todo e qualquer produto do fazer humano, é um objeto datado. **Como testemunho de seu tempo, o projeto deve afirmar, através de uma linguagem contemporânea, as conquistas tecnológicas e científicas alcançadas pela humanidade. Todavia, o tratamento de sítios históricos pressupõe que se estabeleça um diálogo respeitoso e permanente com o passado. As formas herdadas, que participam da formação da memória coletiva da cidade, devem constituir as referências primeiras da atividade projetual. É sempre sobre uma paisagem preexistente que se projeta e se constrói a nova cidade. O respeito pelo passado não deve, entretanto, ser confundido com o embotamento da capacidade de sonhar e desejar o futuro. E o futuro nunca será igual ao passado. Qualquer tentativa em contrário equivaleria a uma utopia regressiva, eivada de nostalgia e, portanto, fadada ao insucesso como nos comprova a própria História. Respeitar o passado significa, em primeiro lugar, conhecê-lo para, entre outras coisas, não correr o risco de repeti-lo.** Daí a importância que assume a pesquisa histórica para um projeto desta natureza (DUARTE, 2010. Destaques meus).

É possível constatar no Recorte 8 a existência, no âmbito da concepção projetual, de uma relação tensa entre o passado e o presente. Como apontei no parágrafo anterior, se o sujeito-autor-urbanista perseguia um diálogo com o passado, deveria fazê-lo com as devidas marcas do tempo presente, sendo tudo isso traduzido em termos estéticos predominantes no urbanismo contemporâneo. O passado como referência, mas o presente e o futuro como horizontes. E qual passado serve de referência ao projeto? Trata-se do passado inscrito na pedra, nas “formas herdadas” e que apontam para a estreita relação entre memória e espaço. Como já afirmei antes, não se trata de qualquer passado, ou melhor, se trata de uma versão do passado, de uma memória espacializada. É sobre esse passado como herança, como patrimônio no sentido daquilo que se herda, que o projeto se refere. Trata-se de algo a servir de inspiração: o passado como referência e com o devido respeito, mas não como negação do futuro, já que “o futuro nunca será igual ao passado”. Porém, se isso é mesmo crível, por que então recorrer a uma visão utilitarista que pressupõe a necessidade de conhecer o passado para “não correr o risco de repeti-lo”?

Cheio de inspiração e de aspirações, mas também prenhe de contradições. Talvez exatamente por dizer que “o futuro nunca será igual ao passado” e que o contrário disso “equivaleria a uma utopia regressiva” é que os sentidos impressos ao projeto apontam em outra direção. Ao contrário do que é dito, esse “respeito pelo passado” acabou por embotar a concepção do projeto naquilo que seria sua potencialidade transformadora – a “capacidade de sonhar e desejar o futuro”, sendo que

este “futuro nunca será igual ao passado”. Mesmo reconhecendo que o passado não se repete, que o contrário disso é ter uma atitude reacionária, o projeto é concebido pleno de nostalgia. Há uma negação ao nível consciente, racionalizada, mas cujos efeitos de sua inscrição resultam em seu inverso. Mais uma vez, como já mencionei antes, apesar das ponderações feitas pelo sujeito, algo se impõe. Mesmo com todas as negações é nesta direção que o desejo se movimenta.

Saímos das diretrizes e chegamos às especificidades do projeto, cuja concepção é fortemente baseada nas imagens da Belém da *belle époque*.

- (9) Da pesquisa empreendida sobre a história da forma urbana de Belém resultaram diversos indicadores para a concepção do presente projeto. **Deve-se, sobretudo, destacar a memória visual, baseada nos registros fotográficos da virada do século XIX e início do século XX.** Nesses numerosos documentos de época, Belém revela-se uma cidade vaidosa e excepcionalmente fotogênica. **Parece inevitável, portanto, que o imaginário coletivo esteja fortemente referenciado nas fotografias da cidade apresentadas pelos álbuns produzidos no período da Belle Époque. A imagem de cidade que surge destas fotografias é a cidade eclética de inspiração parisiense, construída sobre uma cidade colonial portuguesa.** O tratamento destinado aos espaços públicos é outra marca distintiva associada a este período. As ruas e as praças aparecem invariavelmente bem cuidadas, revelando o apreço pela vida urbana e o traço cosmopolita assumido pela cidade (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Embora seja apontada como resultado da pesquisa sobre a constituição histórica da forma urbana de Belém, cuja narrativa percorre desde a fundação da cidade no século XVII até fins dos anos 90 do século XX, é a memória da virada do século XIX para o século XX que dá o tom da intervenção proposta. É a “memória visual” desta época, eternizada em cartões-postais do início do século XX, que constitui um imaginário urbano e que institui seu caráter de obviedade e naturalidade, silenciando assim uma escolha realizada, e não uma inevitabilidade.

As reproduções de cartões-postais no escopo do projeto, para além de um efeito ilustrativo, funcionam como marcos de concepção da proposta, onde o passado é cristalizado sob a forma da memória da *belle époque*. As imagens funcionam naquilo que faz da memória um trabalho (Bosi, 1983), naquilo que torna a imagem um “operador de memória social” (Pêcheux, 1999). O efeito que tais postais promovem é o da imagem de um passado glorioso, de uma cidade que era “vaidosa e excepcionalmente fotogênica”, bem cuidada, de “apreço pela vida urbana” e de “traço cosmopolita”. Certamente, uma imagem oposta à imagem de uma cidade cujo centro histórico, como lugar de origem e coração da cidade, é significado como estando em uma crise sem precedentes. As imagens – e aqui tomo o exemplo do uso dos cartões-postais em um projeto urbano –, em sua mediação com “o lá” e “o antes” e com “o aqui” e “o agora”, não são apenas a impressão estática do desejo, mas também a produção dinâmica do desejo. A força da imagem, penso, não está em um ou em outro movimento, e sim na conjunção tensa e criadora destes.

A referência ao passado cede lugar, porém, a uma linguagem mais contemporânea na proposição de outras medidas que acompanham uma política de priorização do pedestre. O mesmo pode ser dito quanto à concepção do novo imobiliário urbano – representado por bancos, floreiras, lixeiras, postes de iluminação e pelos equipamentos destinados ao comércio informal, a ser implantado onde fosse possível a ampliação do passeio. Nota-se aí, nesse aspecto arquitetônico-urbanístico, a marca que aponta para a tensão entre passado e presente no escopo do projeto. Aliás, penso que

há uma tensão entre passado, presente e futuro, com seus respectivos dizeres e memórias. O futuro, ou melhor, uma memória do futuro parece se apresentar na estética do mobiliário urbano e seu arrojado design.

Do mobiliário urbano proposto chama atenção o destaque dado aos equipamentos destinados ao comércio informal, de certo equivalente proporcional à importância de sua presença como um problema a ser solucionado. Lembremos que os ambulantes, além de representarem um incômodo aos lojistas (comércio formal), engrossavam o rol de itens que significavam a degradação ambiental da área de intervenção do projeto e, ainda mais, constituíam um ponto delicado para uma administração municipal vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

- (10) **Assumindo, portanto, que a solução buscada pelo Projeto não poderia, sob nenhum pretexto, ignorar a presença dos vendedores ambulantes,** procurou-se, através dos critérios de desenho urbano adotados, redefinir e reavivar as fronteiras entre o espaço público e o espaço privado. Trata-se, sem dúvida de uma proposta inovadora e corajosa, cujos méritos devem ser compartilhados com o Prefeito e arquiteto Edmilson Rodrigues e o Coordenador de Projetos Especiais, arquiteto José Rayol, pelas contribuições decisivas formuladas na fase de concepção do projeto (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Não é à toa que este equipamento foi objeto de comentários mais detidos e de maior diferenciação, com duas formas de aplicação conforme cada situação em que os ambulantes se encontravam. Nota-se, então, a partir dos equipamentos propostos, que há uma tentativa de ordenar a presença do camelô, apelando para sua normatização. Ao ambulante interessa o fluxo, a passagem, a circulação, a improvisação, a multiplicação, porém o urbanista impõe-lhe a rigidez, o sedentarismo, a rarefação. A única movência que lhe permite o urbanista é o remanejamento – um estado transitório, limitado no tempo e no espaço, rumo à fixação.

- (11) **O equipamento destinado a abrigar os camelôs existentes na área (e cadastrados pela Prefeitura) compõe-se de um elemento fixo,** em estrutura metálica e cobertura de lona tensionada, desenhado segundo a mesma linguagem arquitetônica do mobiliário urbano projetado. Cada um desses elementos comporta quatro postos de venda, dotados de balcão-tabuleiro, painel em telado metálico para exposição de mercadorias e armário com chave para a guarda de utensílios.

A opção preconizada neste projeto consistiu na manutenção dos postos de venda fixos ao longo dos passeios, ordenados de maneira a não obstacularizar a circulação dos pedestres, nem tampouco o acesso aos estabelecimentos comerciais existentes. Evitou-se, deste modo, a solução convencional, já adotada por outras cidades brasileiras, de superconcentração do comércio informal em áreas localizadas à margem das vias de circulação, com a criação dos chamados “camelódromos” (DUARTE, 2010. Destaques meus).

- (12) **Outra questão considerada pelo projeto foi a imperiosa necessidade de remanejar o comércio informal localizado na cabeceira da Praça Visconde de Rio Branco (Largo das Mercês).** A presença dos vendedores ambulantes nesta área data de mais de uma década, consistindo atualmente em 100 postos de venda cadastrados pela Prefeitura. **Ao longo do tempo consolidou-se uma espécie de “mini-shopping” informal e linear, coberto com telhas de alumínio e plástico, originando verdadeiras “ruas internas”, como mostram as fotografias. Essas “ruas”, cobertas e estreitas, dada a precariedade das instalações, apresentam**

reduzidos índices de conforto térmico e ambiental. Fazia-se necessário, portanto, intervir para a melhoria da situação existente.

A proposta desenvolvida visou atender não apenas os vendedores ambulantes, mas, também, reduzir o impacto daquela instalação sobre o conjunto do Largo das Mercês. Esse conjunto de excepcional valor arquitetônico e paisagístico é formado pela Igreja e o Convento das Mercês, pela Praça Visconde do Rio Branco e o casario circundante. **As barracas dos camelôs, tal como se encontram dispostas, formam uma barreira visual, impedindo a contemplação do referido conjunto.** Localizado exatamente no ponto central do eixo João Alfredo-Santo Antônio, o Largo das Mercês representa um ponto privilegiado para a desaceleração do movimento agitado, característico dos centros comerciais. A beleza do conjunto e o acolhimento da Praça deveriam, portanto, proporcionar aos seus usuários um refúgio, uma pausa no caminhar, um descanso para o corpo e o espírito.

Dessa forma, propõe-se o remanejamento dos camelôs para a face lateral da Praça constituída pela Trav. Barão do Rio Branco, entre as ruas Santo Antônio e Gaspar Viana. **Para este local foram projetados dois segmentos lineares de estrutura metálica coberta com lona tensionada, integrada à linguagem do mobiliário urbano projetado, de modo a abrigar em condições satisfatórias a totalidade dos postos de venda existentes na área. Essa solução, além de assegurar a permanência dos camelôs junto ao fluxo do eixo comercial João Alfredo-Santo Antônio e eliminar o atropelo e o desconforto gerado pelas “ruas internas”, permitirá o desimpedimento da visada e fruição do conjunto do Largo das Mercês, reconduzido, assim, à condição de protagonista da cena urbana** (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Do Recorte 12 quero destacar a vinculação do comércio informal às questões da degradação ambiental e do patrimônio histórico, já citadas anteriormente. A precariedade das instalações constitui um incômodo para o urbanista. Aliás, vale a pena dizer, o comércio informal é uma pedra no sapato do urbanismo contemporâneo, tendo em vista que revela ferozmente o incontível da cidade, aquilo que falha e escapa ao ordenamento. A presença dos ambulantes, além de um elemento de degradação ambiental, é também um problema para o patrimônio histórico, no que diz respeito especialmente à sua fruição. Os camelôs “formam uma barreira visual, impedindo a contemplação do referido conjunto”. Em oposição à “beleza do conjunto e o acolhimento da Praça”, os quais deveriam “proporcionar aos seus usuários um refúgio, uma pausa no caminhar, um descanso para o corpo e o espírito”, temos os ambulantes.

Há uma tentativa de administrar os sentidos, um modo de promover um dado gesto de leitura e um específico efeito de sentido, já que, sob essa visada, o centro urbano pode ser lido mais enfaticamente como um “centro histórico”, e menos como um centro histórico e comercial. Em certa medida, ofusca-se ao mesmo tempo em que se dá visibilidade ao aspecto comercial do centro urbano de Belém. O que é centro histórico e comercial passar a ser o centro histórico, onde há uma presença rasurada, ou pelo menos, vista como um apêndice. O centro de Belém deve ser interpretado como um lugar com história, um lugar prenhe de história sim, mas acima de tudo um lugar preso na história, um lugar que é presa da história, um lugar cujas presas podem nos capturar e nos dilacerar; um lugar, sem mais delongas, onde a história é encenada. Daí a necessidade (no âmbito urbanístico) de obliterar o seu devir à diferença e de rumar em direção à representação, em direção à semelhança, em direção ao mesmo.

Por meio dessa escolha projetual, e que parte de uma versão idealizada do urbano, o centro histórico de Belém deve surgir como um lugar de paz, agradável, ausente de conflito. Trata-se de

acreditar que com essa opção por uma pretensa repetição do passado, como a verdade da cidade, pudéssemos caminhar a esse estado ideal, talvez a um futuro que repetisse o passado. É como se a materialidade da cidade, via desenho urbano, pudesse influenciar os modos de vida. Trata-se de uma pedagogização da vida urbana, uma pedagogização da cidade, uma pedagogia urbana ou até mesmo uma espécie de ortopedia urbana. Nesse aspecto, os gestos de leitura promovidos pelo projeto Via dos Mercadores impõem uma ordem simbólica ali materializada (Souza, 2001) e que funciona dizendo quem o sujeito é, graças à interpelação do indivíduo por parte dos enunciados que estruturam o discurso do projeto: o da *belle époque* paraense, o do cidadão civilizado e ordeiro. O projeto se propõe a intervir em uma parte de centro histórico de Belém, fazendo com que essa área funcione como um objeto a ser lido e assim interpele o indivíduo numa dada posição-sujeito mediante o apelo a certo gesto de leitura. Sendo o centro histórico de uma cidade um lugar proliferado de memórias e que também prolifera memórias, há um esforço de contenção e de imposição de uma direção de sentidos. Como bem nos lembra Eni Orlandi (2004), o espaço urbano e sua conformação é parte importante dos processos de significação.

Na vida urbana, agora tomada como “cena urbana” (diria até, como encenação), o patrimônio material é protagonista, enquanto que ao homem cabe ser seu antagonista, aquilo que é ofuscado e anônimo¹⁵. Isso adquire maior violência se pensarmos naqueles que estão fora da norma, à margem, na beira, como resto ou, no que diz respeito aqui, se pensarmos naqueles que estão à margem do comércio e/ou do trabalho formal. Tal fato, o de supor um protagonismo da pedra e um antagonismo da carne, nos mostra a contradição que permeia os discursos de revitalização dos centros urbanos: a vida está na pedra, não na carne. Aliás, os sentidos de revitalização só estão atrelados à riqueza da experiência humana naquilo que podem representar um sopro renovado ao consumo e à espetacularização das cidades.

Para finalizar, gostaria de retomar a questão da falha, da impossibilidade, da presença do real como o incontível e o indeterminável, como algo que permeia o dizer projetual do urbanista. Esse ponto assume uma nebulosidade que se impõe no horizonte da utopia, obscurecendo-o. O imponderável assume sua feição fantasmagórica, e como um fantasma passa a rondar temerosamente o desejo de organização urbana, nunca satisfeito e sempre renovado. É o que aponta o Recorte 13 que traz um dos trechos finais da seção destinada à proposta de desenho urbano no corpo do texto do memorial, cuja regularidade no dizer já vimos antes:

- (13) Essas são as propostas centrais desenvolvidas pelo presente Projeto. Sua justificativa e fundamentação, tal como se pretendeu demonstrar neste Memorial, encontram-se ancoradas, simultaneamente, na teoria e na prática. **Todavia, não obstante o empenho de todos os envolvidos em sua elaboração, e as expectativas criadas pelas propostas desenvolvidas, o presente Projeto de Desenho Urbano é apenas um instrumento de ação a serviço da administração municipal, responsável pela sua implementação. Uma vez implementado, o esperado sucesso das propostas aqui desenvolvidas já não poderão ser consideradas mérito exclusivo deste instrumento, mas deverão ser creditados às formas de apropriação e de gestão do urbano por parte dos atores envolvidos neste processo que envolve tempos de longa duração.**

Nesse sentido, pretendeu-se oferecer à administração municipal um instrumento ágil e ajustado à realidade sobre a qual se pretende intervir. Sua concepção viária e urbanística, baseada na tradicional separação entre a circulação de veículos e pedestres, assegura a flexibilidade

¹⁵ Exceção pode ser feita a um tipo de sujeito antagonista representado pelo turista.

necessária ao tipo de intervenção pretendida, abrindo um leque de possibilidades para a gestão do espaço urbano pelo poder público. Dessa forma, ainda que privilegiando a circulação não-motorizada, a nova geometria viária permitirá, de acordo com os critérios a serem estabelecidos para a área, que o tráfego local de veículos possa ser liberado com restrições, em determinados horários considerados compatíveis com os usos pretendidos. Ser ia este o caso, por exemplo, da utilização da área durante o chamado terceiro turno, após o encerramento do horário comercial, com atividades culturais e de lazer noturno, criando novos postos de trabalho, dinamizando a economia local e **trazendo de volta para o centro aquela parcela da população que deixou de frequentar as ruas do Centro Histórico** (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Retomando, mais uma vez, há algo que sempre escapa. A cidade falha. A cidade fala na falha.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 11-74.
- BARBOSA, Mário Médice. **Juventude revolucionária cabana ou brigada cabana?** Imprensa e poder em Belém. Belém: Açáí, 2008.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 1. reimp. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- DUARTE, Cristovão Fernandes. Via dos Mercadores - Belém, Pará (2002). In: Memoriais da Meia Dois Nove. 4 fev. 2010. Disponível em: <http://memoriaisdameiadoisnove.blogspot.com/2010/02/via-dos-mercadores-1-introducao.html>. Acesso em: 15 set. 2013.
- KUSTER, Eliana Mara Pellerano. **Pontes lançadas sobre o abismo dos desejos: uma investigação sobre o diálogo entre cidade e cinema**. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 73-88, fev. 2010.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. O próprio da análise de discurso. **Escritos**, Campinas, n. 3, p. 17-19, nov. 1998.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PECHMAN, Robert Moses. 9 cenas, algumas obs-cenas, da rua. **Fractal**, v. 21, n. 2, p. 351-368, maio/ago. 2009.
- PINHO, Fernando Augusto Souza. Embates político-ideológicos e revitalização urbana em Belém. In: IV Simpósio Nacional de História Cultural, 2008. **Anais**, 2008. CD-ROM.
- REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, 159)
- RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 8 set. 2013.
- SÁNCHEZ, Fernanda et al. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 39-56, jul./dez. 2004.
- SOUZA, Pedro de. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. In: ORLANDI, Eni. P. (org.). **Cidade atravessada**. Campinas: Pontes, 2001. p.71-81.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. De volta ao rio: estratégias de gestão e de (re)apropriação do espaço urbano na área central de Belém. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 145-156.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: RANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 75-103.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica. Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003.
- _____. Os camelôs e o direito à cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7. 1997, Belém. **Anais**. Recife: ANPUR, 1997. V. 2. p. 1160-1179.